

## **UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO BILÍNGÜE DE SURDOS NA**

**ARGENTINA.** Carla A. R Vilaronga, Profa. Dra. Célia R. Rossi, Profa. Ms. Indiana Vallejos- 3.20 Educação- Licenciatura em Pedagogia- Departamento de Educação- Instituto de Biociências- Campus Rio Claro.

O trabalho aqui apresentado é o resultado de uma pesquisa realizada durante o segundo semestre de 2005, em intercâmbio estudantil realizado, através da Asociación de Universidades Grupo Montevideo -AUGM, na Universidad Nacional de Entre Rios- UNER, em Paraná capital de Entre Rios, Argentina.

Durante esse período de contato com a UNER e com projetos relacionados à educação de surdos, foi possível notar que o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas argentinas tem fundamentação nos mesmos documentos e cartas internacionais do Brasil<sup>1</sup>, porém possui suas peculiaridades, principalmente em relação à autonomia dos estados Argentinos, para definir como ocorrerá essa inclusão.

O sistema de inclusão de deficientes<sup>2</sup> nas escolas se diferencia, devido às suas condições políticas, pedagógicas e financeiras de cada estado, escola e/ou família desses alunos. O sistema se caracteriza por deficientes freqüentando somente as escolas especiais (que podem ser diferenciadas para casa tipo de deficiência, ou podem estar todas em uma mesma instituição por não haver estabelecimentos e profissionais suficientes), deficientes freqüentando somente a escola normal (com ou sem profissionais integrados), alunos freqüentando um sistema de educação em uma instituição única que possui a escola regular e especial, em um mesmo estabelecimento e também escolas especiais que funcionam em regime de internato. O sistema de inclusão tende a se tornar uniforme, porém cada província tenta aderir a esse sistema como pode.

A partir do contato estabelecido na cidade de Paraná, na Argentina, com uma escola bilíngüe de surdos, um escola supletiva que inclui surdos com interprete para que esses possam cursar o segundo grau (que não existe na escola especial de surdos) e com um grupo de “La producción Social de la Discapacidad” da Facultad de Trabajo Social-UNER, que orienta ambas das experiências de educação de surdos, busquei, junto a professora doutora Célia Regina Rossi (Departamento de Educação- UNESP- Rio Claro), e a professora Indiana Vallejos (Facultad de Trabajo Social - UNER- Paraná) a base teórica e a orientação para buscar dados para a minha pesquisa.

A pesquisa tem como embasamento teórico os autores estudados pelo grupo “La producción Social de la Discapacidad”, assim como também artigos e livros escritos por autores argentinos. Para relatar esta experiência de educação bilíngüe vivida por mim, nas escolas, realizei entrevistas com a direção, com alunos e busquei reportagens em jornais e revistas da cidade que falassem sobre elas.

A análise dos dados obtidos na pesquisa ainda estão sendo organizados e nesse texto contém apenas os primeiros dados sistematizados, referentes à educação de surdos na Argentina e experiência das escolas de Entre Rios pesquisadas.

Para falar dessa experiência é importante aqui olhar a escola dentro de uma perspectiva da alteridade, pois elas guiaram a trajetória do estudo e foi através desses olhares que se obteve dados a cerca da educação bilíngüe.

### **Educação Bilíngüe**

Uma das várias propostas que surgiram para a educação de surdos foi a educação bilíngüe: na qual recomendava que a criança surda deveria ser exposta o mais precocemente possível à língua de sinais, pois era uma língua passível de ser adquirida por ele, sem que fossem necessárias condições especiais de 'aprendizagem' para que ela circulasse entre os surdos.

---

<sup>1</sup>Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, e reafirmado, Declaração dos direitos das pessoas deficientes (1975) Carta de Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial, 1994); Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão (2001), Carta de Madri (2002); Declaração de Caracas (2002); Declaração de Verona (2002); Declaração de Sapporo (2002).

<sup>2</sup>Uso no texto as palavras deficientes e deficiência, por acreditar que essa categoria (deficiência física, mental, sensorial) se encontra dentro das necessidades educativas especiais que a escola e a sociedade necessitam lidar, respeitando a opinião de muitos deles de que apenas a troca da palavra não amenizaria o preconceito que se vêm sofrendo durante séculos.

O Bilingüismo tem em sua filosofia a divulgação e a estimulação da utilização da língua de sinais, que pode ser adquirida espontaneamente pelos surdos. Através da exposição a esta língua, a criança surda pode desenvolver-se lingüisticamente e cognitivamente sem dificuldades, tendo-a como base para o aprendizado da língua oral e escrita oficial do país.

Tal proposta educacional permite ao surdo ter a possibilidade de construir um desenvolvimento rico e pleno de linguagem, elemento para sua aprendizagem. A educação bilíngüe defende que essa proposta, também seja ensinada a criança surda à língua da comunidade ouvinte na qual está inserida, em sua modalidade oral e/ou escrita, sendo que esta será ensinada com base nos conhecimentos adquiridos através da língua de sinais. (LACERDA, 2001).

Essa abordagem tem como pressuposto que as duas línguas sejam aprendidas, primeiramente a língua de sinais e, secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário segundo alguns pesquisadores, outros acreditam que a língua de sinais e a oral possam ser aprendidas concomitantemente. A criança surda é exposta à língua de sinais aprendendo a sinalizar tão rapidamente, já na primeira infância, quanto à criança ouvinte aprende a falar. *Ao sinalizar, a criança desenvolve sua capacidade e competência lingüística, numa língua que lhe servirá depois para aprender a língua do grupo majoritário, como segunda língua, tornando-se bilíngüe, numa modalidade de bilingüismo sucessivo.* (LACERDA, 2001, p. 9).

O objetivo da educação bilíngüe é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-lingüístico equivalente ao verificado na criança ouvinte, seja dentro de uma escola regular ou especial, podendo assim desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes e tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua do grupo majoritário, o grupo ouvinte.

### **Traçando os caminhos da pesquisa**

As escolas escolhidas para essa investigação configuram-se como experiências significativas no campo da educação dos surdos no estado de Entre Rios e em toda Argentina, sendo elas: uma escola Bilingüe para surdos, e uma escola integradora com interprete de Língua de Sinais Argentina. A pesquisa contou com o apoio do grupo “La producción Social de la Discapacidad”, que vem dando assessoria teórica, a essas duas experiências.

O grupo de pesquisa e extensão “La producción Social de la Discapacidad”, tem vínculo a Facultad de Trabajo Social- UNER, onde integra diversas ações de docência, pesquisa e extensão que vão desde de atividades pontuais até assinaturas optativas da Licenciatura em Trabalho Social e projetos de investigação.

Os objetivos do programa apontam a consolidação do tema deficiência, como um objeto complexo, que requer uma abordagem interdisciplinar, tanto no interior da Universidade, como na comunidade vinculada com a temática. O programa conta com uma equipe de profissionais interdisciplinar, estudantes de graduação, pesquisadores, professores das classes especiais da cidade e com a comunidade local.

Uma das escolas pesquisadas é a “Escuela Especial Nº 7- Edith Fitzgerald” de Paraná, uma das cinco instituições de surdos de Entre Rios. Nela, estudam a maioria dos alunos surdos que vivem em cidades nas margens do Rio Paraná.

A escola especial trabalha com educação Bilingüe, tendo a língua de sinais Argentina - LSA como a primeira língua, e a base para o ensino da língua Castellana Oral e escrita. A escola tem em sua equipe de professores surdos adultos, ex-alunos da escola que freqüentam agora o ensino secundário, que ministram as aulas de LSA para os alunos da escola, na educação de jovens e adultos, para as famílias dos surdos e demais interessados.

A escola nº 7 vêm debatendo com o governo do estado de Entre Rios, para que a inclusão desses alunos nas escolas regulares não sejam feitas sem preparo, visto que defendem que os surdos necessitam da língua de sinais para ingressar na escola regular.

Durante o período que essa pesquisadora esteve em contato com a escola, no segundo semestre de 2005, a comunidade escolar e alguns pais de alunos surdos da escola, com o apoio do grupo “La producción Social de la Discapacidad”, juntaram forças para organizar os surdos egressos da escola, os que ainda freqüentam a escola especial e suas famílias, para realizar um encontro pela luta dos direitos dos surdos, principalmente em relação ao ingresso a escola média.

A escola oferece os sete primeiros anos de ensino, ainda não passou pela Reforma que determina o ensino fundamental de nove anos, sendo que os demais cinco anos - ensino secundário, o aluno surdo teria que cumprir em uma escola regular.

A partir desse contexto, a equipe de professores, a direção da escola, com o apoio do grupo “La producción Social de la Discapacidad”, deram origem a um projeto na “Escuela de Nivel Medio para adultos José Martí”, também na cidade de Paraná, que trabalha com o ensino supletivo do ensino secundário- cumprem os cinco anos desse ciclo e três.

Essa experiência é de extrema importância para o país, em virtude de ser, segundo a “Comisión Nacional Asesora para la Discapacidad”, uma das quatro escolas do país e a primeira da região oferecer o ensino médio para surdos.

Os alunos surdos frequentam as aulas em grupo de ouvintes e de surdos tendo em cada sala o acompanhamento de interpretes que traduzem, a todo momento o que a professora trabalha na totalidade dos alunos, auxilia nas dúvidas encontradas e ajuda na adaptação do currículo.

O projeto começou a se concretizar em 2003, em reuniões com docentes, alunos, direção, membros do grupo “La producción Social de la Discapacidad” e com o “Consejo General de Educacion” do estado, abrangendo assim, os participantes do contexto da escola especial, da escola para adultos e do governo do estado.

Um acordo foi formado, entre a escola especial e a escola de adultos, para que, em 2004, 12 alunos pudessem ser integrado nas classes do primeiro ano. Foi acordado nesse documento que as professoras de surdos da escola n. 7 atuariam como professoras integradoras dentro da sala de aula, para garantir a acessibilidade dos alunos surdos aos conteúdos curriculares, que os alunos surdos teriam que frequentar aulas de reforço em horários estipulados, que houvesse apoio de toda a equipe da escola especial durante o projeto, a disposição de todos os professores das matérias em relação a presença das interpretes. A equipe preparou os professores, conversou com os alunos ouvintes, para que não houvesse grandes preconceitos e medos em relação à inclusão desses alunos.

Ao final do primeiro ano do acordo, que contava com duas professoras da escola especial que atuavam como interpretes, os pais dos alunos e as equipes das escolas, foram pedir ao governo do estado uma contratação de novos professores para a escola especial, já que se previa que entrariam para começar o estudo no primeiro ano por volta de 10 alunos.

Segundo Susana Nadalich, diretoria da escola José Martí, o novo governo estadual, tem entrado em conflito com a educação de surdos com base no bilingüismo. No ano de 2005, o primeiro ano do nível médio contou com apenas uma interprete, o que, segundo os alunos surdos, dificulta o processo, pois, enquanto uma interprete traduz o que a professora fala para a LBS, a outra está auxiliando nas tarefas e nas dúvidas.

Segundo o discurso de professores, com o passar do tempo os alunos ouvintes e surdos integraram-se na classe, muitas vezes, por meio da interprete de sinais, outras, pelos sinais que os alunos compartilhavam e socializavam os saberes, para que as construções e as interações diárias dentro da instituição escolar acontecessem de maneira mais integrada, respeitando as diferenças, não as negando, favorecendo assim, a possibilidade dos surdos construir a autonomia para serem surdos, por meio entre tantos elementos, um de suma importância, a sua língua - a língua de sinais.

### **Considerações finais**

Não cabe a pesquisadora aqui, fazer uma análise avaliativa das experiências educacionais da “Escuela Especial N° 7- Edith Fitzgerald” e da escola “Escuela de Nivel Medio para adultos José Martí”, por acreditar, que só alguém que faça parte do contexto efetivo dessas escolas e da história da educação de surdos na Argentina pode avaliar os seus avanços, suas falhas e os passos para as suas melhoras.

O objetivo desse trabalho é constatar as experiências de outras escolas que trabalham com educação de surdos, fora do contexto das escolas brasileiras. Relatar a partir do discurso dos envolvidos nesse processo educacional qual é o caminho e a luta percorrida para se oferecer a esses surdos uma educação que vai além dos termos inclusão e exclusão, que olhe para os surdos como

sujeitos atuantes e com vida social, cultural, política, com desejos, anseios, medos, dificuldades e facilidades, assim como todos os alunos que freqüentam a escola regular.

Uma educação que vai além do discurso e da prática da deficiência, que ocultam em si, com sua aparente cientificidade e neutralidade, o problema da identidade, da alteridade. Que vai além do discurso da deficiência, que mascara as diferenças, a diversidade.

Uma educação dentro de uma escola, que vá além da seqüência discursiva apontada por Skliar (1998): “Deficientes – patologia - outros deficientes – naturalização – reeducação – normalização - integração”; que acredite na seqüência: “reconhecimento político da diferença - prática da diferença - experiências comunitárias - outras diferenças/ alteridade - experiências culturais- educação - interação educativa”.

#### BIBLIOGRAFIA:

LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Org.). **Surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000.

\_\_\_\_\_. **O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão**. São Paulo, 2001. Projeto de pesquisa desenvolvido com apoio da FAPESP, proc.98/02861-1. No prelo.

LARA, N. P. **Identidad, diferencia e identidad**. En ‘Habitantes de Babel’ Larossa J. y Skliar C. Editorial Laertes. 2002. Barcelona.

LARROSA, J. & PÉREZ DE LARA, N. **Imagens do outro**. Petrópoles, Vozes, 1998.

MASSONI, M. I. & SIMÓN, M. **El contrato Didactico en el marco de las políticas lingüísticas Argentinas**. In: Skliar, C (org). **Atualidade da educação Bilíngüe para surdos**- Porto Alegre: Mediação, 1999.

RIVAROLA, H. S. & DANANI, D. **Política educacional: legislación, organización escolar y ciencia de la educación**. Editorial Kapelusz. Buenos Aires, 1963.

ROSSI, C. R. **O Impacto da atuação do intérprete de LIBRAS no contexto de uma escola Pública para ouvintes**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial -Faculdade de Educação – USP – S.P., 2005.

SÁNCHEZ, C. **“La increíble e triste historia de la sordera”**. Editorial Ceprosord, 1990 Caracas.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SKLIAR, C. Entrevista **“La Epistemologia de la Educación Especial”** 2002.

\_\_\_\_\_. **La invención de la alteridad deficiente desde los significados de la normalidad**. Propuesta Educativa. Año 10 N. 22. Argentina. Junho de 2000.

\_\_\_\_\_. **La epistemologia de la educación especial**. In: Repensando la educación especial. Entrevista con Violeta Guyot. En M. I. Divito (comp.) **Debates Actuales en Educación Especial**, San Luis, año III, n.13, 19-23, 1998.